

**Parecer:** nº 171022-11/CGM/Lei/424/2021/GAB/2022.

**Processo:** nº 171022-11A/Análise de documentos que fazem referência ao **PROCESSO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 030/2022 – PG/PMU TEM COMO OBJETO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA AQUISIÇÃO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO DE ULIANÓPOLIS/PA**, conforme condições e especificações estabelecidas nos Anexos do Edital e Edital do referido Pregão Presencial.

**Origem:** Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento.

**Documento:** Comunicação Interna nº 188b/2022/Secretaria Municipal de Administração e Finanças/Departamento de Licitação, Processo Pregão Presencial nº 030/2022 – PG/PMU, Ofício nº 254/2022/Requerimento/Justificativa/Termo de Referência/Secretaria Municipal Planejamento e Desenvolvimento à Secretaria Municipal de Administração e Finanças, fls. 01/14, Convênio/MDR, fls. 15/37, Painel de Preços Ministério da Economia, fls. 38/49, Plano de Sustentabilidade, fls. 50/54, Plataforma +Brasil nº da Proposta 045062/2021, fls. 55/60, Declaração de Contra Partida Financeira, fls. 61, Declaração Capacidade Técnica e Operacional, fls. 62, Termo de Referência, fls. 63/73;

Encaminhamento da Secretaria Municipal de Administração e Finanças - PROCESSO ADM Nº 149/2022 – SEMAF/PMU ao Departamento de Compras, fls. 74, Despacho ao Departamento de Contabilidade, fls. 75, Despacho – Certificação da Disponibilidade Orçamentária para realização do Processo Informando a Atividade e Classificação Orçamentária para execução da despesa (Órgão Incumbido de Executar a Programação Orçamentária) – 2022 – Lastro Orçamentário, fls. 76, Despacho ao Departamento de Tesouraria, fls. 77, Despacho – Certificação do Departamento de Tesouraria da Existência de Recursos Financeiros – 2022 – Lastro Financeiro, para realização do Processo, fls. 78, Declaração de Adequação Orçamentária e Financeira Assinada Pelo Gestora/Ordenadora de Despesas da Prefeitura Municipal de Ulianópolis/PA, fls. 79, Termo de Autorização da Chefe do Executivo à Comissão Permanente de Licitações, fls. 80, cópia do Decreto nº 163/2022-PMU, fls. 81, Termo de Autuação, fls. 82, Relatório da Autuação – Comissão Permanente de Licitação, fls. 83/85, cópia da Justificativa da realização da modalidade de Pregão Presencial – Comissão Permanente de Licitação – CPL, fls. 86/87, Recibo de retirada de Minuta de Edital pela Internet, fls. 88, Minuta do Edital,



fls. 89/119, Despacho à Assessoria Jurídica, solicitando manifestação sobre a Minuta do Edital em questão, fls. 120, Parecer Jurídico, fls. 121/124, Portaria nº 003/2022 – PMU, fls. 125, Recibo de Retirada do Edital pela Internet, fls. 126, Edital de Pregão Presencial nº 030/2022 – PG/PMU fls. 127/195, cópias dos atos de publicação do Aviso de Licitação no Diário Oficial União e Diário Oficial dos Municípios do Estado do Pará, no dia 27 de Setembro de 2022, fls. 196/197;

Fase Externa, fls. 198, Lista de Presença, fls. 199, Juntada de Credenciamento, fls. 200, Documentos de Credenciamento da Empresa **FERMASIL COMÉRCIO EIRELI, CNPJ: 08.347.008/0001-30**, fls. 201/223, Juntada de Documentos de Habilitação, fls. 224, Documentos de Habilitação da Empresa **FERMASIL COMÉRCIO EIRELI, CNPJ: 08.347.008/0001-30**, fls. 225/296;

Ata de Realização do Pregão Presencial nº 030/2022 – PG/PMU, fls. 297/299, RESUMO DE PROPOSTA VENCEDORA menor valor fls. 300, Resultado de Julgamento de Licitação, fls. 301, Juntada de Proposta Consolidada, fls. 302, Proposta Consolidada da Empresa **FERMASIL COMÉRCIO EIRELI, CNPJ: 08.347.008/0001-30**, fls. 303 e Despacho da Comissão Permanente de Licitação – CPL à Controladoria Geral do Município, fls. 304

**AUTORIDADE SOLICITANTE:** Secretaria Municipal de Administração e Finanças/Departamento de Licitação.

**ASSUNTO:** Solicitação de parecer conforme documentos acima transcritos.

### **PRELIMINARMENTE**

Antes de se adentrar o mérito do presente Parecer, insta salientar que a condução da análise técnica desta Controladoria Interna encontra respaldo na Constituição Federal em seu art. 74, ratificada no artigo 71 da Constituição Estadual, no art. 279 do Regimento Interno do Tribunal de Contas dos Municípios (Ato Nº 23, de 16 de dezembro de 2020), e na Lei Municipal nº 285/2010.

Destaca-se que o Controlador Geral não é ordenador de despesas, sendo esta atribuição restrita aos Secretários ordenadores de despesas e ao Gestor Municipal, atuando somente a Controladoria, na análise documental que lhes são apresentadas.



A responsabilidade solidária do Controlador Geral, so será alegada, quando, conhecendo a ilegalidade ou irregularidade, não as informar ao Gestor, ao Presidente da Câmara, ou ao Tribunal de Contas ao qual está vinculado, por não ter cumprido a atribuição constitucional de apoiar o Controle Externo.

Assim, em razão do processo licitatório, em análise, implicar em realização de despesas, segue manifestação da Controladoria Geral do Município, de forma meramente opinativa, com base nos documentos que compoe o processo.

## **1 - FUNDAMENTAÇÃO**

Pregão é definido como a modalidade de licitação em que a disputa pelo fornecimento de bens ou serviços comuns é feita em sessão pública, por meio de propostas de preços escritas e lances verbais.

O Processo de compras de bens e serviços comuns para a municipalidade, devem ser submetidos aos princípios, conforme dispõe as Lei n.º 10.520/02, e Lei Complementar 123/06 e as alterações pertinentes:

*“Art. 1º Para aquisição de bens e serviços comuns, poderá ser adotada a licitação na modalidade de pregão, que será regida por esta Lei.*

*“Parágrafo único. Consideram-se bens e serviços comuns, para os fins e efeitos deste artigo, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.”*

### **PROCEDIMENTO DO PREGÃO – OPERACIONALIDADE:**

As práticas adotadas para o emprego da modalidade licitatória pregão estão juridicamente condicionadas aos princípios básicos que norteiam a Lei 8.666/93, quais sejam:

- Legalidade – A Administração Pública deve limitar seus atos àquilo que estiver previsto em Lei;



- Impessoalidade – O interesse público prevalece nas decisões adotadas pelos administradores, e não o interesse do administrador;
- Moralidade – Moralidade administrativa abrange padrões objetivos de condutas exigíveis do administrador público, independentemente, inclusive, da legalidade e das efetivas intenções dos agentes públicos;
- Igualdade – Não se pode propiciar tratamento diferenciado entre os licitantes;
- Publicidade – O procedimento licitatório é público, exceto quanto ao conteúdo das propostas, enquanto não ocorrer sua abertura oficial;
- Probidade administrativa - moralidade, honestidade no trato da coisa pública;
- Vinculação ao instrumento convocatório - a administração deve prender-se à linha que traçou para a realização do certame, ficando adstrita às regras que estabeleceu; Julgamento objetivo
- Celeridade – Atos contínuos mais céleres e engajados em que se põe ao largo a burocracia desnecessária mediante a reorganização do momento de concretização de cada ato e fase do certame licitatório;
- Finalidade – A Administração Pública não destitua ou preordene seus atos desviando-os para outros interesses ou finalidades;
- Razoabilidade – Busca a congruência dos atos administrativos e dos seus fins, tanto que um ato pode ser plenamente eficiente, atingindo econômica e plenamente o seu objetivo específico, mas pode não ser razoável para o atendimento dos fins da Administração Pública;
- ato administrativo será inválido juridicamente, mesmo dentro dos limites estabelecidos em lei, se foi desarrazoado, incoerente ou praticado sem considerar as "situações e circunstâncias que seriam atendidas por quem tivesse atributos normais de prudência, sensatez e disposição de acatamento às finalidades da lei atributiva da discricção manejada;
- Proporcionalidade – ninguém deve estar obrigado a suportar restrições em sua liberdade ou propriedade que não sejam indispensáveis à satisfação do interesse público;
- Justo preço – Preço dos serviços ou materiais são coerentes tanto para o Estado quanto para o licitante.

## 2 – ANÁLISE

A Secretaria Municipal de Administração e Finanças, através da Comunicação Interna nº 188b/2022, requer análise e parecer desta Controladoria, acerca do Processo Licitatório na Modalidade Pregão Presencial nº 030/2022 – PG/PMU.

Relatório:



Observou-se tratar-se de Pregão Presencial 030/2022 – PG/PMU que tem como objeto **AQUISIÇÃO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO DE ULIANÓPOLIS/PA**, contendo a existência de solicitação apresentada pela Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Ulianópolis-PA, através do Ofício nº 254/2022, de 08 de setembro de 2022, juntamente com os anexos contendo a Justificativa, e relação dos Itens/Quantidades; solicitação apresentada pela Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento de Ulianópolis-PA.

Cabe esclarecer que o pedido encaminhado pelo Secretários Municipal requiere o fornecimento dos Item de Despesa com quantidade prevista.

Verifica-se que foram Cotados os Preços, onde registra-se as cotações de Preços apresentadas pela Empresa **KOHLER IMPLEMENTOS AGRICOLAS EIRELI, CNPJ: 92.264.472/0001-70**, Empresa **MS SERVIÇOS, COMERCIO E REPRESENTAÇÕES – EIRELI, CNPJ: 22.172.177/0001-08**, Empresa **ALGOR METALURGICA LTDA, CNPJ: 19.138.457/0001-95**, **AGROSOL SOLUÇÕES AGRICOLAS LTDA, CNPJ: 07.437.133/0001-79**, Empresa **CASA NASSER COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA, CNPJ: 52.500.287/0001-12**, Empresa **RAFAEL FERNANDO SCHUH, CNPJ: 23.515.476/0001-60**, Empresa **TRAMEC TRATORES LTDA, CNPJ: 31.314.619/0001-02** Empresa **P. R. B. BROGES COMERCIO EIRELI, CNPJ: 05.457.629/0001-89**, Empresa **AGRO SHOP COMERCIO VAREJISTA DE MEDICAMENTOS E PRODUTORES VETERINARIOS EIRELI, CNPJ: 27.636.360/0001-28**, Empresa **FREITAS COMERCIAL AGRICOLA EIRELI, CNPJ: 27.883.350/0001-08**, Empresa **MARES SERVIÇOS E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS EIRELI, CNPJ: 19.061.289/0001-87**, Empresa **KOHLER IMPLEMENTOS AGRICOLAS EIRELI, CNPJ: 92.264.742/0001-70**;

Foi observado que houve justificativa, termo de referência apresentado pela Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento de Ulianópolis/PA que deverá ser observado em todas as fases do processo licitatório e autorização pela autoridade competente permitindo abertura do procedimento, com fundamentação legal na Lei Federal nº. 10.520/2002 e subsidiariamente Lei Federal nº. 8.666/93.

Juntada da minuta do edital. Houve encaminhamento do Processo, Parecer Jurídico, afirmando tratar-se Pregão Presencial do tipo menor preço por item, afirma que o edital seguiu os requisitos legais e opina quanto ao prosseguimento do certame,

porém, não há análise jurídica quanto a fase externa do processo licitatório e recomenda o encaminhamento a Controladoria Geral do Município e posterior envio para homologação pela autoridade competente, o que foi prontamente seguido.

Elaborado Edital com seus anexos, publicado Aviso de Licitação dia 27/09/2022, convocando para o Pregão dia 17/10/2022 as 09:00h, fls. 196/197.

Conforme Ata de Realização deste Pregão Presencial realizado em 17 (Dezessete) de setembro de 2022, compareceram 01 (uma) empresa **FERMASIL COMÉRCIO EIRELI, CNPJ: 08.347.008/0001-30** Representada por THALES FERRAZ MARTINS DA SILVEIRA, CPF: 573.360.162-00.

Após a conclusão do Pregão, foram juntadas o Resultado de Julgamento da Licitação- Termo de Adjudicação do Pregão Presencial nº 030/2022 – PG/PMU- apresenta-se o RESUMO DE PROPOSTAS VENCEDORAS -menor valor onde registra-se a Empresa **FERMASIL COMERCIO EIRELI CNPJ: 08.347.008/0001-30**, em **R\$ 161.500,00 (cento e sessenta e um mil e quinhentos reais)**, e Proposta Consolidada da Empresa vencedora, fls. 300. Processo encaminhado a Controladoria Geral do Município, para análise da regularidade, fls. 304.

Dessa forma, neste momento inicial do exame, conforme o que foi proposto, averiguamos o referido objeto, assim como os aspectos relacionados ao valor da proposta, a qual foi analisada, conforme lei 8.666/93 e Lei n.º 10.520/2002 e suas alterações e ainda com base nos princípios basilares da Administração Pública.

### 3-Conclusão

Diante do exposto, esta Controladoria *opina* no sentido de *que poderá ser dado prosseguimento no feito*, sempre observando antes do pedido dos materiais as necessidades apontadas, o planejamento e o projeto escrito de cada setor, de forma que não haja desperdícios de materiais e em caso de sobras, que por ventura tenha requerido e não utilizados que possam ser devolvidos e deduzidos das notas, se já houver emitido as Notas Fiscais, compensados os valores.

Que seja obedecida sempre a quantidade requerida e observado na confecção do contrato, o qual consta sua minuta no anexo IV do edital, a vinculação ao termo

de referência consolidado e aprovado pela Excelentíssima Prefeita Municipal, bem como o período de validade para o exercício do ano corrente.

Assim, recomenda-se a lavratura do Termo do Contrato, obedecendo as recomendações deste parecer, assim como o chamamento das empresas vencedoras para as devidas assinaturas.

Cumpram as publicações recomendadas visando a convalidação de evidências que demonstrem a não lesão do interesse público, nem prejuízo à terceiros, e ainda que produzam seus efeitos legais.

As orientações fazem-se necessárias em observância ao princípio da legalidade, entre outros princípios, bem como com intuito de não lesar o patrimônio público em detrimento do enriquecimento ilícito de terceiros.

Recomenda-se a celeridade dos procedimentos ao processo para a efetuação da compra, para garantir o valor ganho no Pregão.

Recomendamos a designação de um fiscal de contrato para cada Secretaria e ainda ao liquidante, a providência de atualização dos documentos de certidões fiscais, tributárias e ou trabalhistas, que por ventura, possam encontrar-se vencidas no processo em análise e durante todo o processo de liquidação do referido contrato.

Assim, considerando as razões e justificativas acostadas ao processo, esta Controladoria opina pela **homologação**, após o cumprimento dos atos necessários ao Processo licitatório tornando-o legal e legítimo.

Foram estes os documentos apresentados a esta Controladoria nesta data.  
Esta é a manifestação que nos cabe.

Ulianópolis/PA, 17 de outubro de 2022.

Controlador Geral do Município - CGM  
*Decreto Municipal nº 461/2021/PMU*

